**EDITAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 25/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017**

**1 – PREÂMBULO**

1.1O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 01.612.528/0001-84, através do **Sr. CELSO BIEGELMEIER**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, **tipo MENOR PREÇO POR ITEM** a qual será processada e julgada em conformidade da Lei Federal Nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislações aplicáveis, com base nas condições e especificações constantes do presente ato convocatórias, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Av. Santo Antônio, s/n, centro, Bandeirante (SC), visando a aquisição do objeto abaixo indicado, contendo as seguintes disposições:

1.2 **–** Os documentos de habilitação, bem como a proposta, serão *ENTREGUES* no local supra indicado, em envelopes lacrados, distintos, com identificação externa do seu conteúdo, até as **08h00min do dia 28 de março de 2017**, sendo *ABERTOS às* **08h15min,**observado o devido processo legal.

1.3 - Integram este ato convocatório os seguintes anexos:

|  |  |
| --- | --- |
| **Anexo I** | Descrição dos Itens da Licitação; |
| **Anexo II** | Modelo de Carta de Credenciamento; |
| **Anexo III** | Modelo de Declaração de Cumprimento dos requisitos de Habilitação e aceitação do Edital; |
| **Anexo IV** | Modelo de Declaração de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte; |
| **Anexo V** | Modelo de Declaração de que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal; |
|  |  |
|  |  |

**2 – DO OBJETO**

2.1 - O objeto do presente Edital consiste em **REGISTRO DE PREÇOS PARA** **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DE SEÇÃO CIRCULAR, PARA DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DAS ESTRADAS VICINAIS, BUEIROS E PONTILHÕES REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E TUBOS DE CONCRETO PARA A CONSTRUÇÃO DE FONTES MODELO CAXAMBU, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMERCIO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE, PARA O ANO DE 2017, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do presente edital**.

2.2 - A entrega dos tubos de concreto deverá ser realizada de acordo com a necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comercio do município de Bandeirante.

2.3 – Os locais de entrega dos tubos de concreto serão aqueles determinados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e pela Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comercio do município de Bandeirante.

2.4 – Fica **facultada** ao município a retirada dos tubos de concreto na sede da empresa licitante, desde que esta se encontre a uma distância de até 20 km da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo ou Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comercio do Município de Bandeirante que haja disponibilidade de veículo da Secretaria para retirada dos tubos.

2.5 – A licitante deverá entregar os tubos de concreto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação efetuada pela secretaria.

2.6 – Durante a vigência do contrato poderá, mediante a conveniência da Administração Municipal, ser aditado o objeto do mesmo, sempre respeitando os limites e condições impostas pela Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

**3 - DO PREÇO**

3.1 – O valor máximo do objeto desta licitação é de **R$ 85.530,00(Oitenta e cinco mil quinhentos e trinta reais),** com base nos parâmetros dispostos no **ANEXO I.**

3.2 – Os valores indicados no **ANEXO I** correspondem à média dos preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculado as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendido os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

3.3 – Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária que está sujeito.

**4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

4.2 - Não será admitida a participação de empresas:

a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas nos termos do art. 87 da Lei Federal 8.666/93;

c) Que estejam reunidas em consórcio, ou seja, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;

d) Estrangeiras que não funcionem no País.

4.3 - A participação na licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**4.4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

4.4.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que **QUISEREM** participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

4.4.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

4.4.2.1 – Cópia autenticada da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. *Será considerada válida a Certidão Simplificada que tenha sido emitida a menos de* ***120*** *(cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.*

4.4.2.2 – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, assinada pelo representante legal da proponente **(MODELO constante no ANEXO IV)**

4.4.3 - A documentação constante dos subitens 4.4.2.1 e 4.4.2.2 somente será exigida caso a empresa queira usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123/2006, devendo ser apresentada obrigatoriamente **FORA DOS ENVELOPES**, no ato de **CREDENCIAMENTO.**

4.4.4 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação dos documentos descritos nos subitens 4.4.2.1 e 4.4.2.2, **não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006**.

**5 – DO CREDENCIAMENTO O**

5.1 – Na data, hora e local designados para realizar o **credenciamento**, serão chamados os representantes das empresas licitantes os quais deverão apresentar ao Pregoeiro os **documento que comprove a existência dos poderes necessários para representar a empresa, formular propostas verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame**, acompanhado de sua **Cédula de Identidade ou documento equivalente**, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

5.2 - Deverão ser apresentados no ato do credenciamento, apartado dos envelopes, os seguintes documentos:

5.2.1 - Se tratando do responsável legal da empresa (diretor ou sócio): cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e no caso de sociedade civil, ato constitutivo acompanhado de prova da diretoria em exercício que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa e **Carta de credenciamento (modelo constante do Anexo II)**;

5.2.2 - Se tratando de representante constituído (procurador): apresentar procuração, **com firma reconhecida do outorgante**, com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos devidamente assinada acompanhada pela cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e no caso de sociedade civil, ato constitutivo acompanhado de prova da diretoria em exercício que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa e **Carta de credenciamento (modelo constante do Anexo II)**;

5.2.3 - Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme Artº. 4º, Inciso VII da Lei nº 10.520/02 (**Modelo constante no Anexo III**)

5.2.4 - Apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, declarando se é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no caso de querer utilizar-se dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, ao contrario dispensa-se a apresentação da mesma.

**OBS: O representante constituído da empresa deverá apresentar obrigatoriamente, além da carta de Credenciamento, o instrumento público ou particular de procuração (com firma reconhecida) e Carteira de Identidade ou documento equivalente.**

**5.3 – Apenas a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para este efeito, apenas 01 (um) representante por licitante interessada na Sessão Publica.**

5.4 – Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5.5 – Por motivo de força maior ou quando da necessidade de realização de nova sessão pública, a empresa poderá credenciar novo representante legal, desde que este atenda às condições de credenciamento.

5.6 – A não comprovação de que o interessado possui poderes para representar a licitante no certame bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, e ainda, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, participando do certame tão somente com sua proposta escrita.

5.7 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

5.8 - O credenciamento é condição obrigatória para que o representante possa atuar na etapa de oferecimento de lances verbais neste Pregão (Art. 11, inc. IV do Decreto nº 3.555 de 08/08/2000);

5.9- Se, após o credenciamento, o representante da Licitante ausentar-se da sala em que se realiza a sessão, o processo não será suspenso e caso se faça necessária a participação do mesmo e este estiver ausente, será reputada sua desistência. O retorno posterior do representante ausente não implicará no refazimento dos atos praticados em sua ausência, sendo considerados convalidados, salvo autorização expressa do pregoeiro.

5.10 – Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do Pregão.

5.11 - Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de Notas e/ou pela comissão de Licitação, e serão retidos, pelo pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à presente licitação.

5.12 - Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

5.13 - Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento da empresa proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

5.14 - Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não será aceito novas empresas proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar ou manifestar intenção de recurso.

**6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

6.1 - A proposta e os documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirante, sito no endereço, data e horário supracitados em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de **N.º 01 – PROPOSTA** e **N.º 02 – HABILITAÇÃO,** devendo conter na parte externa os seguintes dizeres:

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE**

**ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2017**

**NOME DO PROPONENTE:**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE**

**ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2017**

**NOME DO PROPONENTE:**

**7 – DA PROPOSTA**

7.1 - A proposta contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada com as seguintes exigências:

a) ser apresentada em 01 (uma) via impressa em papel, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada ao final por seu representante legal,

b) **Deverá conter na proposta PREÇO UNITÁRIO – PREÇO TOTAL dos itens a serem cotados, em conformidade com o Anexo I (sob pena de desclassificação), devendo este incluir todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação ao Município de Bandeirante- SC.**

c) Pode ser utilizado o modelo sugestivo do **Anexo I (Relação dos Itens da Licitação)** para apresentar a proposta de preço. No caso de preenchimento em outro modelo de documento, adotar a mesma seqüência dos itens, de acordo com o **Anexo I.**

***c1) OBS: A proposta poderá também ser apresentada em uma via de papel, sem emendas ou rasuras sob pena de desclassificação e uma via em meio digital, a partir do programa Betha Cotação na VERSÃO 2.0.23, que esta disponível no site da prefeitura,*** [***www.Bandeirante.sc.gov.br***](http://www.paraiso.sc.gov.br) ***devendo esta ser entregue em CD ou em PEN DRIVE dentro do envelope da proposta.***

d) indicar nome ou razão social completa, com endereço completo e CNPJ da proponente, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta dias) dias corridos, contados da data de recebimento da proposta. (Art. 64, § 3º da Lei Federal 8.666/93);

f) ser cotado obrigatoriamente em moeda nacional (Real - R$), admitindo-se duas casas decimais após a vírgula, devendo a cotação total estar expressa em algarismo arábico e por extenso, não superiores ao preço máximo constante no **Anexo I.**

g) conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2 - Se a proposta for omissa em relação aos prazos de que trata a alínea "e" do item 7.1 presumir-se-ão aceitos aqueles indicados neste Edital.

7.3 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, com exceção dos previstos neste edital. Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

7.4 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, com a entrega do objeto licitado, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

7.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.6 - Consideram-se exigências essenciais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

7.7 – **A apresentação da proposta implicará, por si só, aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, e demais normas complementares.**

7.8 – Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

7.9 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências essenciais deste Edital e de seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.10 – Os preços ofertados deverão ser equivalentes aos praticados no mercado, na data da apresentação da proposta.

7.11 – **Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preço o indicado no ANEXO I, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam, ou seja, manifestamente inexeqüíveis (art. 40, inciso X e art. 48 inciso II e parágrafos da Lei Federal 8.666/93).**

7.12 – Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos temos da alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei federal 8.666/93, que deverá ser comprovado pelo Contrato e aprovado pelo Contratante.

**8 - DA HABILITAÇÃO**

8.1 - Para habilitação dos licitantes, será exigida, a documentação prevista na Lei que rege a modalidade, conforme segue:

**8.1.1 – Para comprovação da habilitação jurídica (Art.28 da Lei Federal nº 8666/93):**

● Registro Comercial no caso de empresa individual, ou;

● Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação atualizada, inclusive a respectiva ATA, de eleição de seus administradores, ou;

● Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

● Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

**8.1.2 – Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (Art.29 da Lei Federal nº 8666/93):**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ;

b) Prova da regularidade para com a **Fazenda Federal**, **Estadual** e **Municipal** do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei.

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

d) Prova de inexistência de Débitos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa, (**CNDT**) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.

**8.1.3 - Para comprovação da qualificação econômico-financeira (Art.30 da Lei Federal nº 8.666/93):**

a) Certidão negativa de falências e concordata expedida pelo órgão distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedido no domicilio da pessoa física, com data máxima de 60 dias anteriores a abertura do presente processo licitatório.

**8.1.4 - Declaração:**

1. **Declaração de Idoneidade** em função do disposto no art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93 conforme modelo constante do **Anexo “V**”;

8.2 *– A Documentação deverá ser apresentada em original ou cópia previamente autenticada por cartório ou por servidor público municipal (quando da autenticação por servidor público esta deverá ser realizada preferencialmente até às 17h do dia que antecede o dia da abertura da presente licitação), ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis); em única via.*

*8.3 - Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 03 (três) meses a partir da data de sua emissão. Com relação à Certidão Simplificada, será considerada válida a certidão que tenha sido emitida a menos de* ***120*** *(cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.*

*8.4 - A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada conforme o caso, à confirmação de sua validade também por esse meio, pelo pregoeiro e Equipe de Apoio.*

*8.5 - As licitantes que não apresentarem em forma legal e em perfeitas condições a documentação exigida, serão consideradas inabilitadas e excluídas das fases subseqüentes da Licitação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização.*

8*.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, para serem habilitadas e terem preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, deverão apresentar também, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial de que estão enquadradas como microempresas ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.*

*8.7- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no envelope de habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal, todavia, apresentada a documentação constante no item de regularização fiscal, eventual restrição, esta poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.*

**8.8 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das empresas que não forem declaradas vencedoras do certame ficarão à disposição das mesmas após o transcurso dos prazos de recurso e a publicação do resultado nos veículos de publicação legal do município.**

**9 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

9.1- No julgamento das propostas, será considerada a de Menor Preço Por Item, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital.

9.2 - O objeto deste PREGÃO será adjudicado, POR MENOR PREÇO POR ITEM.

**10 – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Do Credenciamento

10.1- No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, previstos no item (05) cinco do credenciamento.

10.2 – Havendo remessa via postal dos envelopes, a licitante não credenciada pessoalmente, não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta escrita.

10.3 – Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4- Finalizado o credenciamento, não será mais admitido nenhum licitante ao certame.

Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

10.5 - Após o credenciamento, os licitantes entregarão o Pregoeiro a **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo disponível no Anexo III** e, em envelopes separados, a Proposta de Preços (ENVELOPE Nº 01) e os Documentos de Habilitação (ENVELOPE Nº 02). É facultado ao proponente credenciado manifestar a declaração oralmente.

Analise preliminar de aceitabilidade das propostas

10.6 - O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a analise com auxílio da equipe de apoio, visando ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital e seus anexos;

b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;

c) Que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexeqüível.

10.7 - Durante os trabalhos de julgamento das propostas, o pregoeiro poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato

10.8 - Todos os documentos analisados durante a sessão pública do pregão e atas da sessão serão rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e presentes os quais serão anexados ao processo de licitação.

Seleção das propostas para a etapa de lances

10.9 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida a verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço.

10.9.1 - Serão desclassificadas as propostas desconformes com as diretrizes e especificações prescritas neste Edital, conforme inciso I do art. 48 da Lei de Licitações, uma vez que:

1. Ultrapassarem os preços máximos fixados no **Anexo “I”** deste Edital;
2. Deixarem de especificar a marca do objeto a ser entregue;
3. Não atenderem às exigências contidas neste instrumento e seus anexos;
4. Apresentarem valores inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores (art. 48, inc. II, § 1.º da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 9.648/98):

I. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor orçado pela Administração (constante no **Anexo “I”** deste Edital);

II. Valores orçados pela Administração (constantes no **Anexo I**);

10.9.2 - Não serão motivos de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o atendimento da proposta, que não venham causar prejuízo à Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

10.10 - A análise das propostas visará o atendimento às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

10.11 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas as demais que não sejam superiores a 10% (dez por cento) da menor proposta;

b) Segundo critério: não havendo pelo menos 03 (três) propostas selecionadas no critério anterior, serão selecionadas as menores propostas, até o limite de três para a etapa de lances. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

c) para efeito de seleção será considerado o menor valor unitário dos itens do **Anexo I**, observando a descrição e valor máximo estabelecido.

Etapa de lances orais

10.12 - O pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate.

10.13 - Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes, inferiores ao menor valor ofertado.

10.14. Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

10.15 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.16 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.

10.17 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

10.18 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas dos licitantes que efetuaram lances ou não, na ordem crescente dos valores.

10.19 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência da contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.19.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior

à proposta mais bem classificada.

10.19.2 **– Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:**

I - microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do 10.19.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 10.19.1, deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.19.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.19.3 - Para as situações previstas nos item 10.19 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.20 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse publico.

10.21 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.22 - Após a negociação, se houver, o pregoeiro examinará, com auxílio da Equipe de Apoio, a aceitabilidade do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito.

10.23 - Durante os trabalhos de julgamento das propostas, o pregoeiro poderá suspender a reunião para promover diligencias acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato.

10.24 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

10.25 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

Habilitação

10.26 - O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

10.27 -Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de habilitação dos proponentes.

10.28 - Quanto à regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de pequeno porte:

I - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

III – Entende-se o termo “declarado vencedor” de que trata a cláusula anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

IV - A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

V - A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento, conforme o item 4 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

10.29 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos Licitantes presentes.

Recurso

10.30 - Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

10.31 - Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo o pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

10.32 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a empresa proponente pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

10.33 - A empresa proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 3 (três) dias para a apresentação do recurso, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações do Município de Bandeirante, e por intermédio do pregoeiro dirigido ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 5 (cinco) dias. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 3 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestara sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.34 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.35 - Após encerrado o prazo para manifestação de recurso o pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do Pregão.

10.36 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal do Município de Bandeirante poderá homologar este procedimento de licitação de determinar a contratação com a licitante vencedora.

**11 – DO CONTRATO**

11.1 – Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das empresas proponentes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

11.2 – No caso de interposição de recurso caberá a Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

11.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando os vencedores a assinar a Ata de Registro de Preços, junto a Secretaria de Administração Fazenda e Planejamento do município de Bandeirante.

11.4 – Será firmado compromisso através de Ata de Registro de Preços, cujas cláusulas e condições são reguladas pela Lei 10.520/02, 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações.

11.5 – O município de Bandeirante poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

11.6 – A Ata de Registro de Preços poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindida pelo Município de Bandeirante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

#### 12- DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

12.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências contratuais previstas em Lei, de acordo com o art. 58, inciso II e Capítulo III, Seção V da lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.2 – A alteração do Contrato dar-se-á nos termos do art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666/93.

12.3 – No interesse da consecução dos objetivos do Município de Bandeirante, os produtos deste ato convocatório poderão ser aumentados ou suprimidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

**13 – DA ENTREGA/FORNECIMENTO**

13.1 – A entrega dos tubos de concreto deverá ser realizada de acordo com a necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, e Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comercio.

13.2 – Os locais de entrega dos tubos de concreto serão aqueles determinados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo do município de Bandeirante.

13.3 – A empresa Contratada deverá entregar os tubos de concreto solicitados, na Garagem da prefeitura municipal.

13.4 – Ficará **facultado** ao município a retirada dos tubos de concreto na sede da empresa licitante, desde que esta se encontre a uma distância de até 20 km da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo do Município de Bandeirante e haja disponibilidade de veículo da Secretaria para retirada dos tubos.

13.5 – Para o caso de o município retirar os tubos de concreto na sede da licitante, desde que esta esteja a menos de 20 km da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, as despesas decorrentes do transporte serão exclusivamente do município.

13.6 – A contratada se responsabiliza pela entrega dos tubos de concreto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação efetuada pela secretaria.

13.7 – As despesas decorrentes da entrega, para o caso de esta ser feita pela empresa contratada, serão exclusivamente da licitante e ainda o ônus de correção de defeitos apresentados nos produtos ou substituição dos mesmos, serão por conta da licitante.

13.8 - O objeto licitado deverá ser entregue ao município pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

13.9 – Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao Município serão por conta do fornecedor, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

13.10 – A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionado o contraditório e a ampla defesa.

13.11 – A licitante, adjudicada no objeto do presente edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos tubos de concreto que fornecer aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

**14 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1 – Os pagamentos dos tubos de concreto serão efetuados de acordo a aquisição realizada pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comercio acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

14.2 – O Município de Bandeirante não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega dos tubos e da respectiva nota fiscal.

14.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório ao qual está vinculada, bem como informar os dados (CNPJ, Endereço, Nome da Contratada) conforme dados constantes da proposta de preço apresentada durante o certame licitatório.

14.4 - A proponente vencedora deverá disponibilizar, obrigatoriamente, à Licitante o **número da Conta Bancária** (em nome da pessoa jurídica) na qual será **efetuado o depósito** para o pagamento do objeto.

**15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

**15.1 - Dos Recursos Orçamentários**

15.1.1 - Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto licitado para o exercício de 2017 serão os seguintes:

**16 – DO REAJUSTAMENTO**

16.1 – O preço estabelecido será irreajustável durante a vigência da Ata e deverá incluir todos e quaisquer ônus, quer seja tributário, fiscal ou trabalhista, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer encargos necessários à execução do objeto do contrato.

16.2 – Ocorrendo modificações dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na Legislação Federal, Estadual ou Municipal, ou pela ocorrência de eventos extraordinários ou imprevistos, poderá a critério do Poder Executivo Municipal ser precedida à respectiva revisão dos preços, para mais ou para menos, na medida em que a referida modificação ou ocorrência tenha reflexo na composição dos preços, retomando-se assim, à equação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste inicial, na forma prevista na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93.

16.2.1 – A contratada somente terá os preços reajustados, após solicitar **formalmente** ao órgão requisitante o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e comprovar o aumento dos encargos através de notas fiscais e demais documentos que comprovem o desequilíbrio**, dependendo ainda de Parecer Jurídico favorável ou não da Assessoria Jurídica desta Administração Municipal.**

16.3 – Havendo renovação, o contrato poderá ser reajustado aplicando-se como índice de majoração o IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com periodicidade anual, nos termos da legislação, vigente. Sendo a Lei omissa, também adotar-se-á menos periodicidade possível.

**17 - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

17.1 – As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual anexa, que independentemente de transcrição fazem parte deste Edital.

**18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

18.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições deste edital e do futuro contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

18.2 - De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

18.3 - Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Bandeirante poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por centro) sobre o valor da proposta.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.4 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.6 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta

**19 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

19.1 – Qualquer cidadão é parte legitima para impugnar edital de licitação por irregularidade, devendo provocar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

19.2 – Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

19.3 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao setor de protocolos, devendo seu recebimento ser efetuado tempestivamente. Em caso de protocolo intempestivo o conteúdo da impugnação não será apreciado.

19.4 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

**20 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

20.1 – Por razões de interesse público, ou em decorrência de fato superveniente, a Administração poderá revogar ou anular a presente licitação, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenização, ressalvando o disposto no parágrafo único, do art. 59 da Lei Federal 8.666/93.

20.2 – A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

20.3 – No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada o contraditório e ampla defesa.

**21 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 – A apresentação da proposta implica plena e total aceitação das condições deste edital, ficando automaticamente prejudicada a proposta que expressamente contrarie suas normas, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei 8.666/93

21.2 – Nenhuma indenização será devida as licitantes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

21.3 – A apresentação da proposta de preços será considerada como evidência de que a Licitante examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la, e considerou que os elementos desta licitação lhe permitam a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

21.4 – O pregoeiro e Equipe de Apoio reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

21.5 – É facultada o pregoeiro e Equipe de Apoio em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

21.6 – O pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação.

21.7 - O Objeto poderá ser aditado dentro do prazo de vigência do presente contrato atendendo ao interesse publico, desde que respeitando as disposições da Lei 8.666/93.

21.8 – Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

21.9 – No caso de necessidade de alteração deste Edital, antes do dia e hora marcados para abertura das propostas, poderá ocorrer prorrogação, respeitando-se o número de dias decorridos a partir do último aviso publicado e utilizando-se dos meios anteriormente adotados para a nova divulgação.

21.10 – Onde este Edital for omisso, prevalecerão ou termos da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, reservando-se ainda no interesse do Município de Bandeirante/ SC, por conveniência administrativa, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- adiada sua abertura;

- alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das licitantes.

21.11 – Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta Licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio, anteriormente a data de vencimento. Também não serão aceitas, nem levadas em consideração, propostas encaminhadas por telexogramas, telegramas, radiogramas, aerogramas, e-mail ou fax;

21.12 – Ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a Licitação fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subseqüente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário;

21.13 – Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

21.14 – Qualquer impugnação referente ao Processo Licitatório, somente serão aceitas mediante protocolo no setor do município ou quando enviado via correio por AR ou CARTA REGISTRADA.

**22 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 – O Município de Bandeirante, através do Setor de Compras e Licitações, fornecerá cópia do Edital, especificações do objeto a ser adquirido e demais elementos necessários, durante o horário normal de atendimento deste órgão licitante.

22.2 - Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos sobre o presente edital junto ao Setor de Compras e Licitações, a Avenida Santo Antônio, s/n, Centro, município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min ou pelo telefone (049) 3626-0012.

22.3 – **Para esclarecimento público expede-se a publicidade do presente edital, que é afixado no mural publico da Prefeitura Municipal de Bandeirante/SC, e site do município de Bandeirante/SC (www.bandeirante.sc.gov.br).**

**23 - DO FORO**

23.1 - Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Bandeirante – SC na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste – SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bandeirante – SC, 14 de março de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

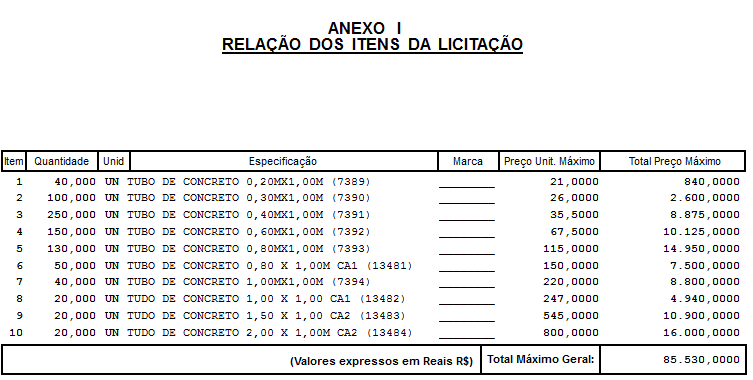
**CELSO BIEGELMEIER**

Prefeito Municipal

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Nadia Dreon Farias Zanatta

Advogada OAB/SC 33.558

****

**ANEXO II**

(Credenciamento)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2017**

# **PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2017**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Através do presente, credenciamento o (a) Sr (a).\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e inscrito (a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de Bandeirante- SC, na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe pelos poderes para pronunciar-se em nome da Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Bandeirante – SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome Completo e assinatura do representante legal da Empresa

Carimbo do CNPJ da Empresa

**ANEXO III**

(Credenciamento)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2017**

# **PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2017**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ACEITAÇÃO DO EDITAL**

A empresa.............................................................................................., inscrita no CNPJ sob o nº......................................................... licitante no presente Processo Licitatório, promovido pelo MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC, DECLARA, por meio de seu representante, Sr.(a)................................................................................................., que está regular com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame e que aceita as condições do presente edital, sem restrições de qualquer natureza e que se vencedora fornecerá o objeto desta licitação pelo preço proposto.

............................................, ....... de ......................... de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Carimbo do CNPJ da Empresa

**ANEXO IV**

(Credenciamento)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2017**

# **PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2017**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que a empresa.............................................................., inscrita no CNPJ nº ......................................., por meio de seu representante legal, ser MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos do enquadramento previsto na lei complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do Administrador da Empresa

**ANEXO V**

(Envelope Habilitação)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2017**

# **PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2017**

**MODELO DE DECLARAÇÃO de IDONEIDADE**

À Comissão de Licitação da **Prefeitura Municipal de Bandeirante**

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **Pregão Presencial n° 16/2017**, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos o presente.

........................................................, ............... de ........................................... de 2017.

Carimbo do CNPJ

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:...................................................................